REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer convocação а da Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, para prestar esclarecimentos sobre а proposta de criação da Área de Proteção Ambiental do Paleocanal do Rio Tocantins, da Àrea de Proteção Ambiental do Bico do Papagaio do Monumento Natural do Bico do Papagaio.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, § 1º, do Regimento Interno, que seja convocada a Senhora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Marina Silva para que preste esclarecimentos sobre a proposta de criação da Área de Proteção Ambiental do Paleocanal do Rio Tocantins, da Área de Proteção Ambiental do Bico do Papagaio e do Monumento Natural do Bico do Papagaio.

JUSTIFICAÇÃO





O Governo Federal, por meio do ICMBio e com forte influência de ONGs e fundos internacionais, tenta impor à região do Paleocanal do Tocantins e do Bico do Papagaio a criação de novas Unidades de Conservação, sem estudos fundiários concluídos, sem plano de indenização e sem consulta pública efetiva às famílias que há décadas vivem, produzem e preservam a floresta.

O resultado prático dessa política é um verdadeiro confisco verde, disfarçado sob o manto da preservação ambiental, mas que, na prática, ameaça o direito constitucional de propriedade e coloca em risco projetos estruturantes para o Brasil, como a derrocagem do Pedral do Lourenço e a implantação da Hidrovia Araguaia–Tocantins, fundamentais para escoar a produção agrícola e garantir competitividade ao país.

É inadmissível que o Governo, em plena crise econômica e social, escolha como "troféu" para a COP30 a expulsão silenciosa de produtores rurais e assentados do INCRA, tratando cidadãos brasileiros como invasores em sua própria terra, enquanto abre espaço para agendas ditadas por interesses internacionais que pouco se preocupam com o desenvolvimento nacional.

Não bastasse isso, até mesmo lideranças locais, como o prefeito de Marabá, Toni Cunha (PL), e o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), já se manifestaram contrários à medida¹, reconhecendo que ela inviabiliza o desenvolvimento regional, retira oportunidades de emprego e renda e bloqueia obras estratégicas para o Pará e para o Brasil.

É papel do Parlamento fiscalizar, questionar e impedir que decisões autoritárias e desconectadas da realidade destruam o futuro do nosso povo em nome de pauta ideológica e de interesses estrangeiros.

https://correiodecarajas.com.br/autoridades-se-opoem-a-criacao-de-apa-em-maraba/#:~:text=Em%201974%2C%200%20projeto%20Radam,Marab%C3%A1%2C%20Nova%20Ipixuna%20e%20Itupiranga.





Por essas razões, é imprescindível convocar a Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, para que preste esclarecimentos a esta Casa e à sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



